



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE ALAGOAS  
Criado pela Lei nº 5.905/73

## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÕES MÊS DE NOVEMBRO DE 2017

De acordo com solicitação, segue abaixo relatório conciso mensal do Departamento de Fiscalização.

### Locais Fiscalizados:

- **Maceió:** Ocular, Gastromed, Clínica Cardiologia Avançada, laboratório Nabuco Lopes, Mini Pronto Socorro Dom Miguel Fenelon, Hospital Unimed, SESI Casa da Industria, Casa Beneficente dos Servidores Militares;
- **Coruripe:** Hospital Carvalho Beltrão, UPA Coruripe;
- **Ferira Grande:** Casa Maternal de feira Grande;
- **Flexeiras:** UMS Elpidio Albuquerque;
- **Cacimbinhas:** Centro de Saúde profº Zerbini Cacimbinhas.

As fiscalizações para o município de Água Branca foram suspensas.

### Irregularidades/Illegalidades Encontrada Na Fiscalização – Novembro 2017

- **Inexistência de Anotação de Responsabilidade Técnica de Enfermagem. Bases Legais:** Lei nº 6.839/80 Lei nº 6.437/77; Lei nº 7.498/86, art. 11, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”. Decreto nº 94.406/87, art. 8º, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”. Resolução COFEN nº 509/2016.

- **Inexistência de identificação profissional, com aposição do número de inscrição no COREN-AL e categoria nos registros de enfermagem. Bases Legais:** Lei nº 7.498/86, art. 2º; Decreto nº 94.406/87, art. 1º; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem art. 54 (Resolução COFEN 311/07); Resolução COFEN nº 191/1996, Resolução COFEN nº 545/2017.

- **Falta de registro do número do conselho na escala da enfermagem.**

**Bases Legais:** Lei nº 7.498/1986, Decreto nº 94.406/1987, Resoluções Cofen nº 311/2007, nº 429/2012, nº 509/2016 e nº 514/2016.

- **Quantitativo insuficiente de profissionais de enfermagem para assistência ao paciente. Bases Legais:** Legislação: Lei nº 5.905/1973; Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987; Lei nº 8.078/1990; Resoluções Cofen nº 527/2016.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE ALAGOAS  
Criado pela Lei nº 5.905/73

- **Ausência de enfermeiro em algum (uns) setor(es) onde são desenvolvidas ações de enfermagem durante algum período de funcionamento da instituição. Bases Legais:** Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987; Lei nº 6.437/1977, Lei 2.604/1955, Lei 775/1949, RDC 07/2010.
- **Ausência de enfermeiro na instituição. Bases Legais:** Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987; Lei nº 6.437/1977, Lei 2.604/1955, Lei 775/1949.
- **Inexistência, desatualização ou inadequação do cálculo de dimensionamento de pessoal de Enfermagem. Bases Legais:** Lei nº 7.498/1986, Decreto nº 94.406/1987, Resoluções Cofen nº 311/2007, nº 509/2016 e nº 527/2016.
- **Inexistência e inadequação de documento(s) relacionado(s) ao gerenciamento dos processos de trabalho do serviço de enfermagem. Bases Legais:** Legislação: Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987; Lei nº 8.078/1990; Resoluções Cofen nº 311/2007, nº 429/2012, nº 509/2016, nº 514/2016 e nº 527/2016.
- **Inexistência de Implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem. Bases Legais:** Lei nº 7.498/86, art. 4º, 11, 12 e 13. Decreto nº 94.406/87, art. 2º, 3º, 8º, 10 e 11. Resolução COFEN nº 311/2007. Resolução COFEN nº 358/2009.
- **Exercício ilegal de enfermagem. Bases Legais:** Decretos-Lei nº 2.848/1940, nº 3.688/1941, Leis nº 775/1949, nº 7.498/1986, nº 8.078/1990, Decreto nº 94.406/1987.

Foram emitidas pelo departamento 12 Certidões e Anotações de Responsabilidade Técnica para empresas e enfermeiras.

O departamento recebeu 11 denúncias.

Maceió, 13 de Dezembro de 2017.

Atenciosamente,

Jéssica Nazário de Paula Arroxelas  
Conselheira Suplente  
Coordenadora do DFIS  
COREN/AL 170.971-ENF